

**Dossiê
Danos dos
Agrotóxicos
na Saúde
Reprodutiva**

conhecer e
agir em defesa
da vida

ABRASCO
ENSP



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Dossiê Danos dos Agrotóxicos na Saúde Reprodutiva: “conhecer e agir em defesa da vida” produzido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco



Coordenação Geral:



Local: no Plenário 8 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

OBJETIVO GERAL

O Fórum tem como objetivo geral proporcionar, em âmbito nacional, o debate das questões relacionadas aos agrotóxicos e produtos afins, que resulte em ações concretas de tutela à saúde do trabalhador, do consumidor e do meio ambiente ante os males causados por tais produtos, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

LINHA DO TEMPO FÓRUM NACIONAL

Proposta de Criação do
Fórum Nacional feita pelo
Fórum Pernambuco

2008

2001

Fórum
Pernambucano

Criação do Fórum Nacional,
Aprovação do Regimento Interno e
Instalação na PGT/Brasília

Ficha de Projeto do CNMP

2013

2014

Lançamento do Projeto do CNMP -
'Combate ao Uso Indiscriminado de
Agrotóxicos'

Lançamento do IPSA -
Conferência da Água - 22-24

abril 2023 - NY, EUA

2023

Articulação Internacional -
Participação no Projeto IPSA

2024

Rede do Fórum Nacional com 33
Fóruns Estaduais e Regionais
(Instalação do Fórum do Piauí).

Segunda Conferência "Rumo a um Marco
Regulatório Internacional sobre
Agrotóxicos", em Bruxelas, Bélgica.

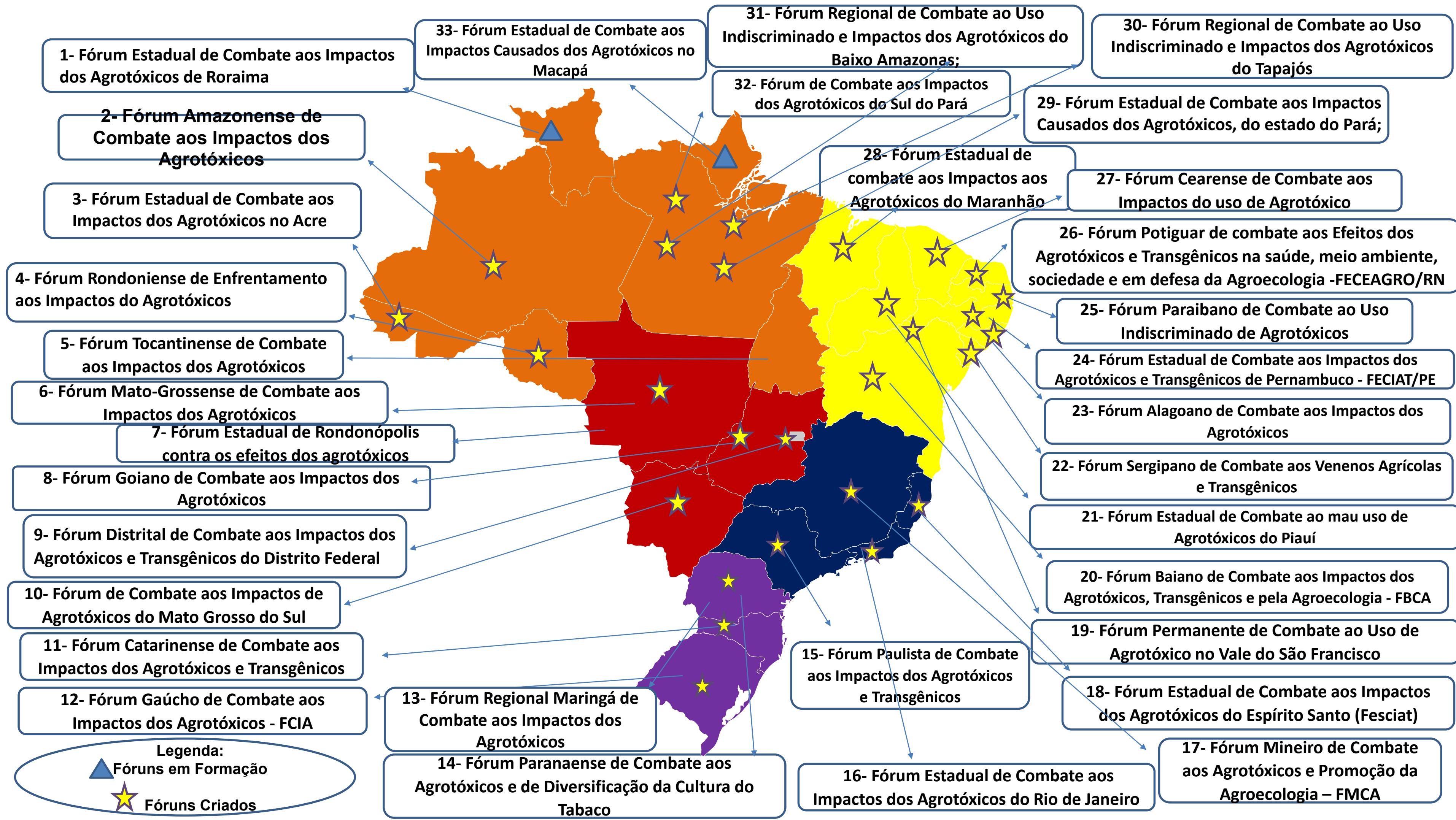
FICHA DO PROJETO:

COMBATE AO USO INDISCRIMINADO DOS AGROTÓXICOS



Ficha de Projeto

| Descrição Geral | | |
|--|------------|--|
| Nome do Projeto | | Combate ao uso indiscriminado dos agrotóxicos* |
| Descrição | | O projeto tem como escopo a promoção da atuação conjunta dos ramos do Ministério Pùblico e sua articulação com órgãos de governos, academias e entidades da sociedade civil organizada que resultem em um instrumento de controle social ao uso indiscriminado de agrotóxicos no território nacional, visando uma atividade agrícola sustentável, a proteção do meio ambiente, da saúde do trabalhador e do consumidor. |
| Justificativa | | Em 2008 o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Estudos recentes(ABRASCO) indicam inexistir uma relação direta de proporcionalidade entre tal consumo, a área plantada e a produtividade no campo, o que sugere o uso indiscriminado de tais substâncias. Por outro lado, é crescente o relato de casos de intoxicação de pessoas, contaminação de alimentos e do meio ambiente (solo, água e ar), inclusive alcançando coletividades, com indicação de comprometimento da saúde pública e da sustentabilidade no meio rural. |
| Coordenador | | Dr. Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva |
| Objetivos | | |
| Objetivo Geral | | |
| Fortalecer a atuação conjunta dos ramos do Ministério Pùblico Brasileiro no combate ao uso indiscriminado dos Agrotóxicos, objetivando a proteção do meio ambiente, da saúde do trabalhador e do consumidor. | | |
| Objetivos específicos | | |
| I.Identificar órgãos, instituições e entidades da sociedade civil que têm vinculação ou responsabilidades legais diante do tema e formação de parcerias para concepção de estratégias e iniciativas de atuação conjunta; | | |
| II.Identificar boas práticas no âmbito do MP e da sociedade civil relacionadas aos temas, e estabelecer estratégias multiplicadoras; | | |
| III. Promover Encontro do MP brasileiro sobre o combate ao uso indiscriminado de agrotóxico, com a participação de representantes de todos os ramos do MP, de órgãos de fiscalização e agências reguladoras, da Universidade e da sociedade civil organizada com atuação na temática, para elaboração de estratégia de atuação conjunta e fortalecimento do controle social. | | |
| IV. Divulgar e estimular a adesão às estratégias de atuação conjunta no combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos. | | |
| Descrição Sumária das Etapas do Projeto | | |
| Atividade | Prazo | Responsável |
| I.Identificação de órgãos, instituições e entidades da sociedade civil que têm vinculação ou responsabilidades legais diante do tema e formação de parcerias para concepção de estratégias e iniciativas de atuação conjunta; | | |
| Agendamento das reuniões de articulação entre o Dr. Pedro Silva e o Observatório da Indústria de Agrotóxicos; | 25/09/2013 | Andréa David |





COMPOSIÇÃO DOS FÓRUNS ESTADUAIS E REGIONAIS

- █ Região Norte
- █ Região Nordeste
- █ Região Centro-Oeste
- █ Região Sudeste
- █ Região Sul





Região Norte

Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos no Acre

Coordenador: Luis Henrique Corrêa Rolim
Promotor de Justiça, MP-AC
EMAIL: lrolim@mpac.mp.br;

Fórum Amazonense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

Coordenadora: Aurely Pereira de Freitas
Promotora de Justiça, MP-AM
E-MAIL: aurelypfreitas@mpam.mp.br

Fórum Paraense de Combate aos Impactos e Uso Indiscriminado de Agrotóxico

Coordenadora: Ângela Maria Balieiro Queiroz
Promotora de Justiça, MP-PA
EMAIL: caoconstitucional@mppa.mp.br

Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

Coordenador: Luisa Nunes de Castro Anabuki
Procuradora do Trabalho PRT 10^a Região
EMAIL: ftciaoficial@gmail.com

Fórum Rondoniense de Enfrentamento aos Impactos do Agrotóxico

Coordenador: Claudinei Lucio Soares dos Santos
Advogado, Representa o MST/INTERJUS , RO
EMAIL: claudineisantos@mst.org.br; frcia26092019@gmail.com;

Fóruns em Formação

Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos de Roraima
Fórum Estadual de Combate aos Impactos Causados dos Agrotóxicos no Macapá





Região Nordeste

Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, Transgênicos e pela Agroecologia – FBCA

Coordenadora: Luciana Espinheira da Costa Khoury

Promotora de justiça, MPBA

EMAIL: lucianakhoury@mpba.mp.br; fbca.bahia@gmail.com;

Fórum Cearense de Combate aos Impactos do uso de Agrotóxico

Coordenadora: Georgia Maria da Silveira Aragão

Procuradora do Trabalho, MPT CE

EMAIL: georgia.aragao@mpt.mp.br

Fórum Paraibano de Combate ao Uso Indiscriminado de Agrotóxicos

Coordenadora: Danielle Lucena da Costa Rocha

Promotora de justiça, MPPB

EMAIL: caopmape@mppe.mp.br; danielle.lucena@mppb.mp.br

Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos de Pernambuco - FECIAT/PE

Coordenadora: Belize Câmara Correia

Promotora de Justiça, MPPE

EMAIL: caopmape@mppe.mp.br; belizecamara@mppe.mp.br;

Fórum Potiguar de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, Transgênicos e em Defesa da Agroecologia - FECEAGRO/RN

Coordenador: Antonio Gleydson Gadelha de Moura

Procurador do Trabalho, MPT RN

EMAIL: gleydson.gadelha@mpt.mp.br

Fórum Estadual de Combate ao Mau Uso de Agrotóxicos do Piauí

Coordenadora: Áurea Emilia Bezerra Madruga

Promotora de Justiça, MPPI

EMAIL: aureaemilia@mppi.mp.br

Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos do Maranhão

Coordenador: CLÁUDIO REBÉLO CORREIA ALENCAR

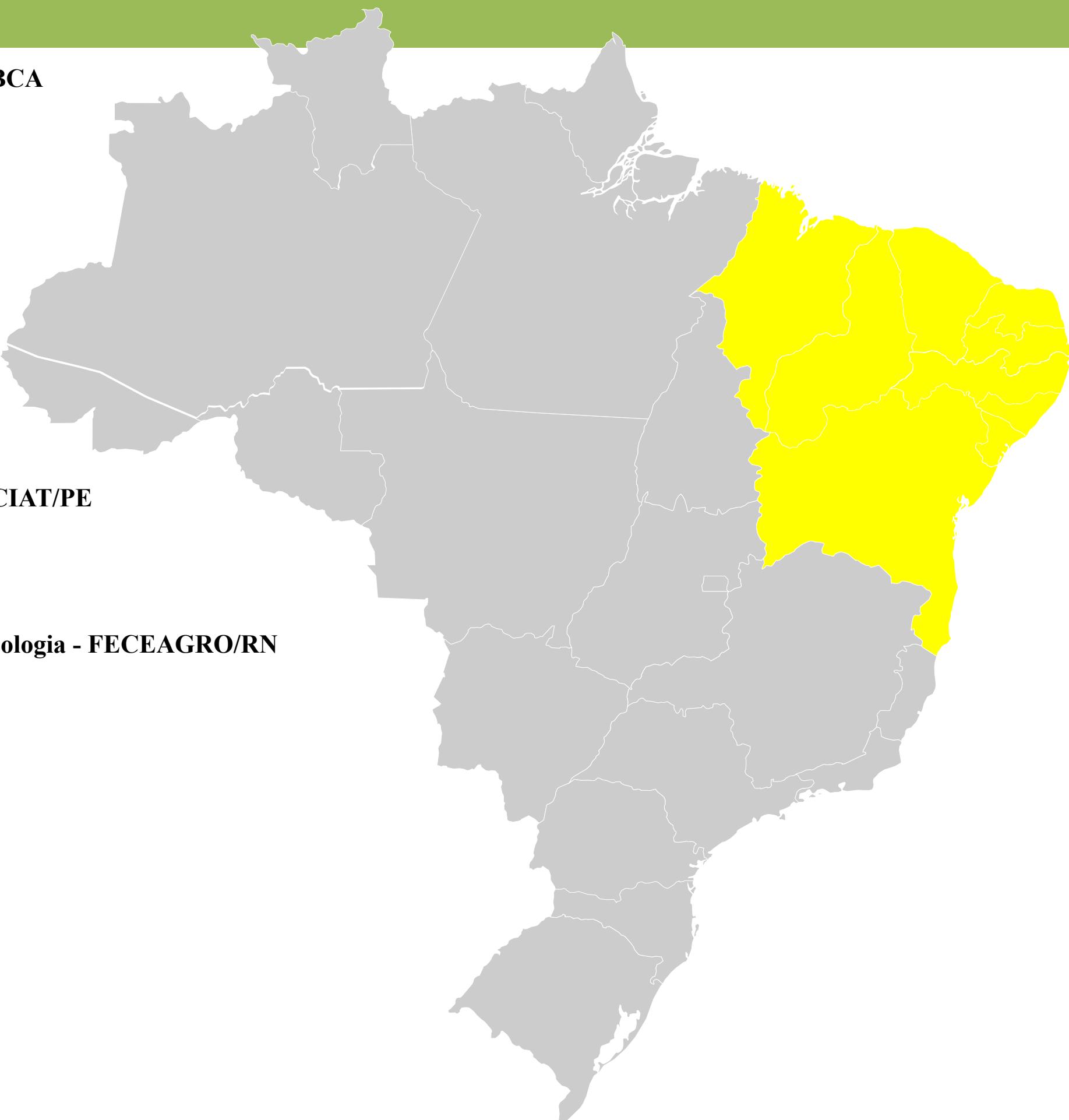
Promotor de Justiça, MPMA

EMAIL: 2pjedefmeioambiente@mpma.mp.br

Fóruns em mudança de coordenação, em transição:

Fórum Alagoano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

Fórum Sergipano de Combate aos Venenos Agrícolas e Transgênicos





Região Centro-Oeste

Fórum Distrital de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos do Distrito Federal

Coordenadora: Loiselene Trindade

Engenheira-agrônoma, EMATER - DF

EMAIL: forumcombateagrotoxicosdf@gmail.com; direx@emater.df.gov.br

Fórum Goiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

Coordenador: Alpiniano do Prado Lopes

Procurador do Trabalho, MPT GO

EMAIL: alpiniano.lopes@mpt.mp.br

Fórum Mato-Grossense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

Coordenador: GABRIEL INFANTE MAGALHAES MARTINS

Procurador da República, MPF MT

EMAIL: gabrielinfante@mpf.mp.br

Fórum de Luta aos Impactos dos Agrotóxicos da Região Sul do Estado do Mato Grosso -

Fórum Regional de Rondonópolis

Coordenador: Bruno Choairy Cunha de Lima

Procurador(a) do Trabalho, MPT MT

EMAIL: bruno.lima@mpt.mp.br

Fórum de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos do Mato Grosso do Sul

Coordenador: Marco Antônio Delfino de Almeida

Procurador da República, PRM-DOURADOS

EMAIL: marcoalmeida@mpf.mp.br





Região Sudeste

Fórum Espírito-Santense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos – FESCIAT

Coordenadora: Isabela de Deus Cordeiro

CARGO: Promotora de Justiça, MP ES

EMAIL: icordeiro@mpes.mp.br; fesciat@mpes.mp.br

Fórum Mineiro de Combate aos Agrotóxicos e Promoção da Agroecologia – FMCA

Coordenadora: Maria da Ajuda Luiz dos Santos

CARGO: Gerente de Projetos da Fundacentro

EMAIL: maria.santos@fundacentro.gov.br

Fórum Paulista de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos

Coordenador: Cristiano Lourenço Rodrigues

CARGO: Procurador do trabalho, MPT SP

EMAIL: cristiano.rodrigues@mpt.mp.br

Fórum em mudança de coordenação, em transição:

Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos do Rio de Janeiro



 **Região Sul**

Fórum Paranaense de Combate aos Agrotóxicos e de Diversificação da Cultura do Tabaco

Coordenadora: Margaret Matos de Carvalho

CARGO: Procuradora Regional do Trabalho, MPT PR

EMAIL: margaret.carvalho@mpt.mp.br

Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos – FGCIA

Coordenador: Noedi Rodrigues da Silva

CARGO: Procurador do Trabalho, MPT RS

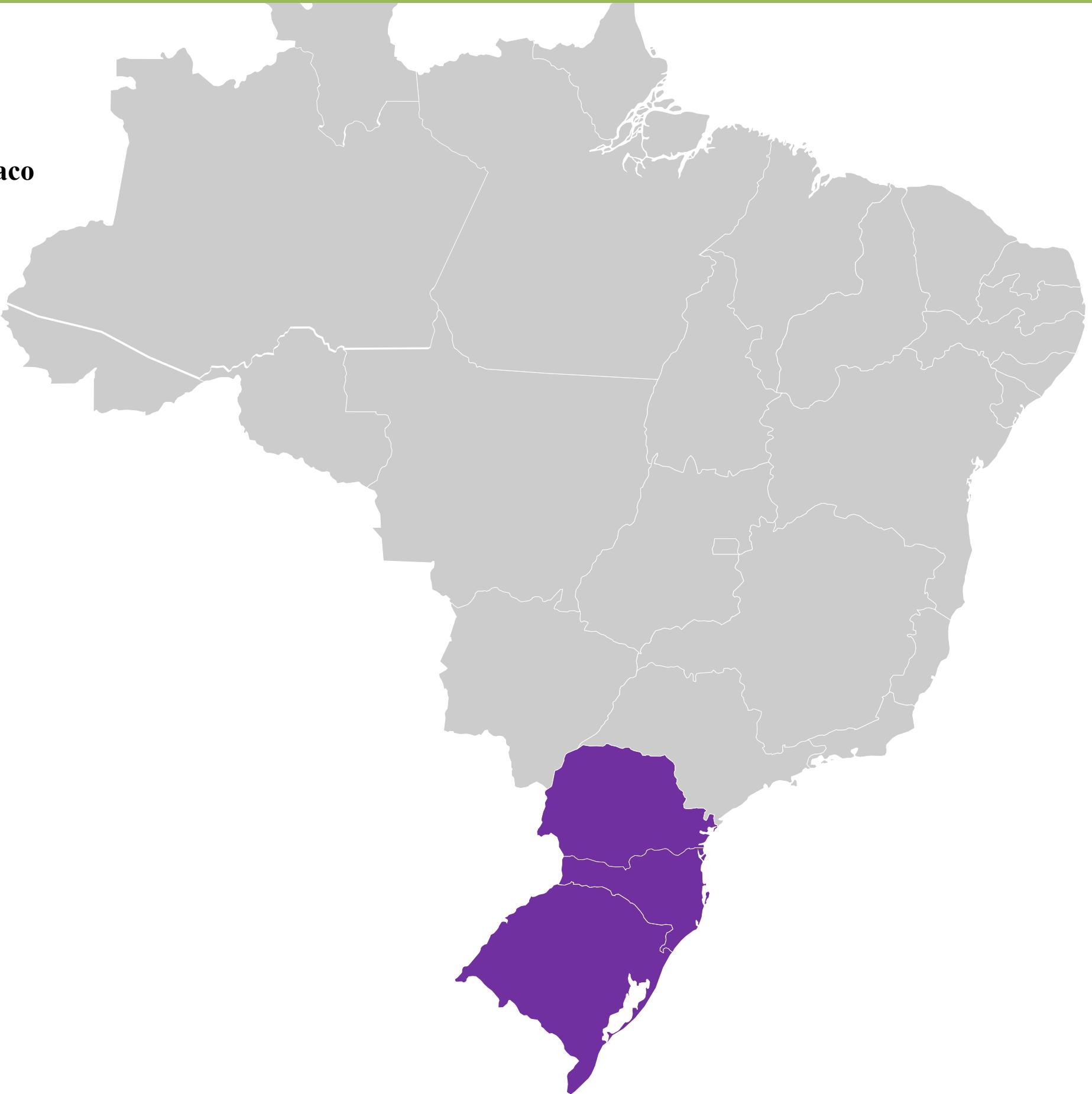
EMAIL: noedi.silva@mpt.mp.br

Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos

Coordenadora: Greicia Malheiros da Rosa Souza

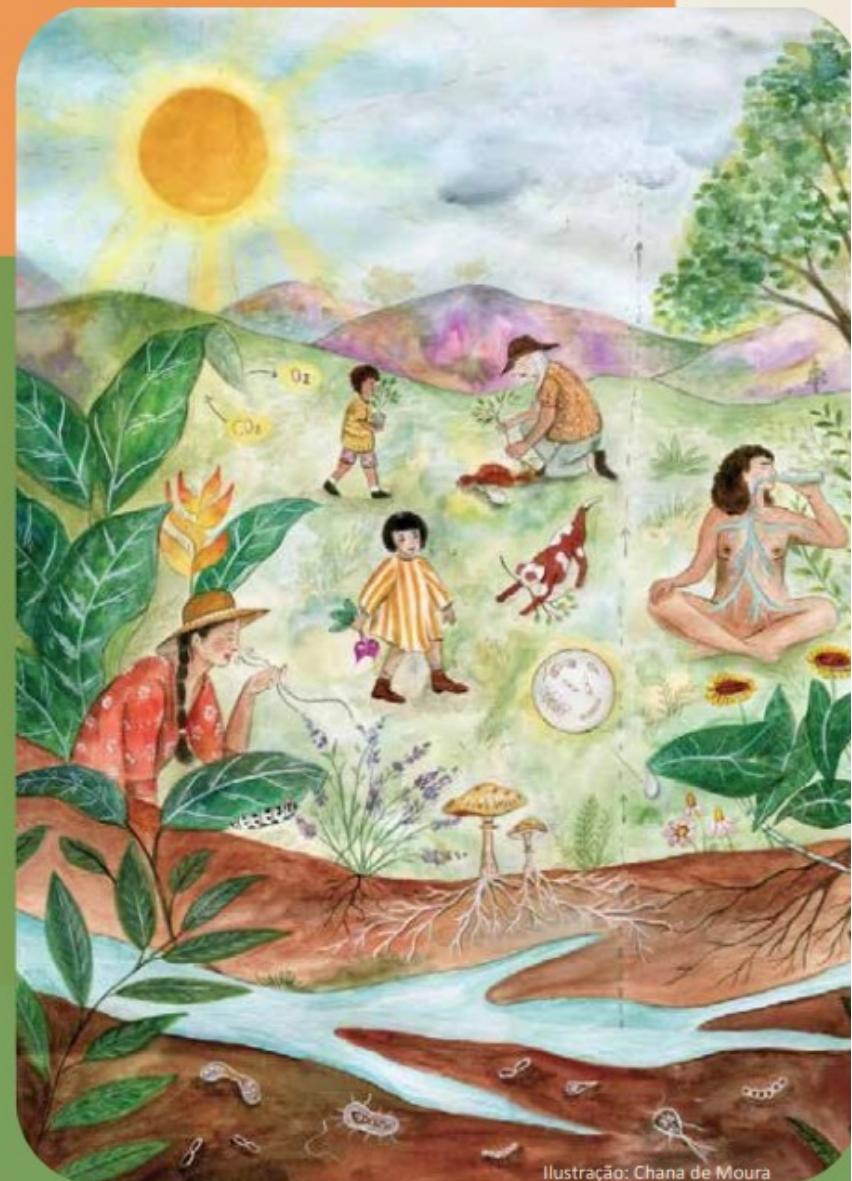
CARGO: Promotora de justiça, MP SC

EMAIL: fcciat.sc@gmail.com



Dossiê Danos dos Agrotóxicos na Saúde Reprodutiva

conhecer e
agir em defesa
da vida



ABRASCO
ENSP

**Parte I - Construção do conhecimento sobre
a nocividade dos agrotóxicos na saúde
reprodutiva e outros danos 33**

**Parte II - Marco Legal e Processo de
Desregulação do Agrotóxico no Brasil 125**

Dossiê
Danos dos
Agrotóxicos
na Saúde
Reprodutiva

conhecer e
agir em defesa
da vida

ABRASCO
ENSP



RECOMENDAÇÕES DO DOSSIÊ: DANOS DOS AGROTÓXICOS NA SAÚDE REPRODUTIVA

**PARTE I- SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
RELACIONADOS AO TEMA - DANOS DOS
AGROTÓXICOS NA SAÚDE REPRODUTIVA.**

**PARTE II- RECOMENDAÇÕES RELACIONADAS À
VIGILÂNCIA DA SAÚDE DE POPULAÇÕES EXPOSTAS
AOS AGROTÓXICOS NO TRABALHO, NO AMBIENTE
(CONTAMINAÇÃO DO AR, DA ÁGUA E DOS SOLOS),
PELO CONSUMO (ALIMENTO E ÁGUA
CONTAMINADOS) E DECORRENTES DOS SERVIÇOS
SANITÁRIOS (CONTROLE VETORIAL E CONTROLE DE
ZOONOSES).**

SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO RELACIONADOS AO TEMA: DANOS DOS AGROTÓXICOS NA SAÚDE REPRODUTIVA.



Parte I

Construção do conhecimento
sobre a nocividade dos
agrotóxicos na saúde
reprodutiva e outros danos



O objetivo desta parte I é apresentar um panorama da produção científica realizada no Brasil quanto aos efeitos dos agrotóxicos na saúde reprodutiva. Para tanto, adotou-se o método da revisão de escopo com amplitude para incluir a maioria dos efeitos negativos na saúde reprodutiva de mulheres, homens e crianças, tal como divulgados em publicações científicas de estudos realizados no Brasil.

Como complemento, buscou-se aprofundar o tema para estimar a exposição nas áreas do agronegócio, tendo em vista que este é um fator que dificulta os estudos epidemiológicos denominados descritivos e analíticos, bem como favorecer estudos que adotam abordagens com outros modelos de análise que incorporam a complexidade do tema. Em seguida, para finalizar, há dois capítulos dedicados a estudos recentes que demonstram as contribuições científicas brasileiras que atendem ao objetivo de ressaltar a produção intelectual no país e para grupos populacionais invisibilizados, como os indígenas.



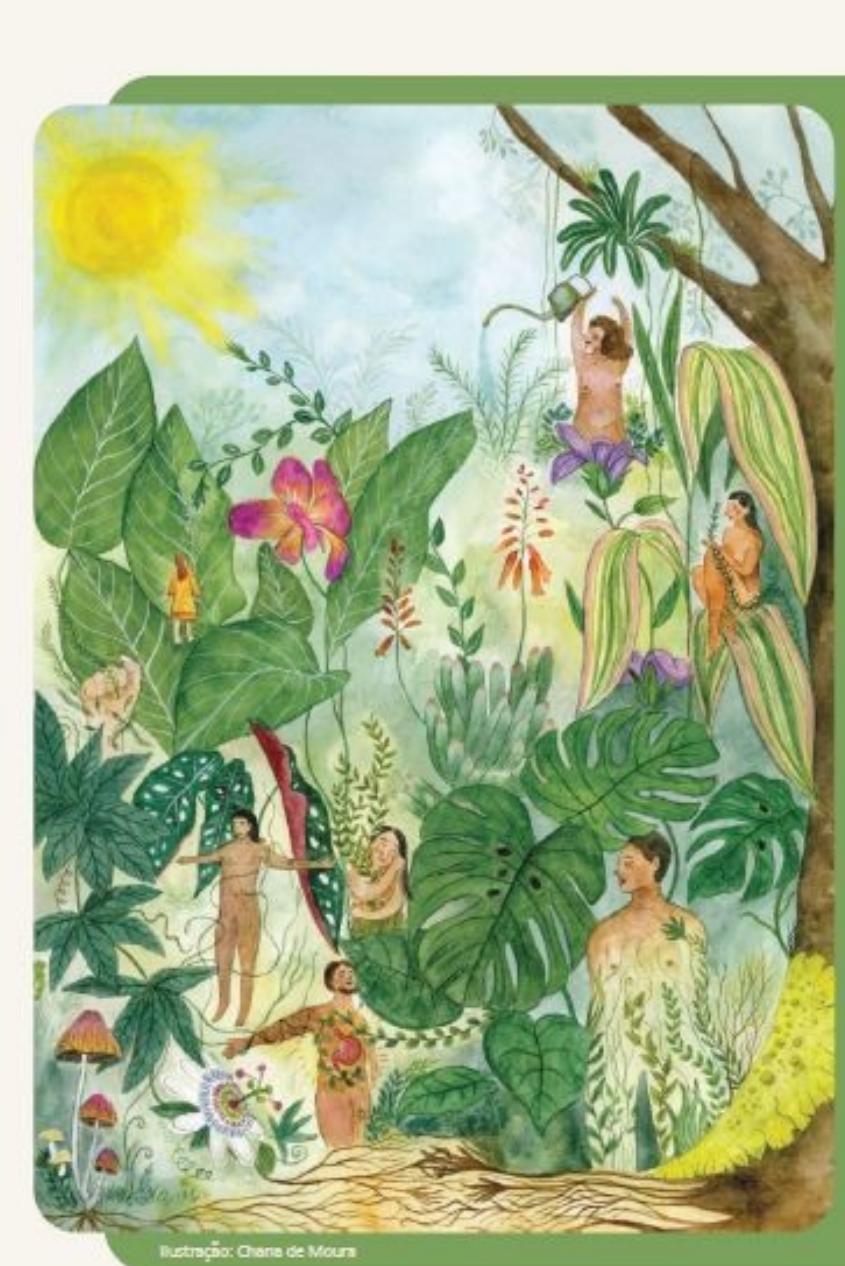
- A saúde reprodutiva precisa ser priorizada nas pesquisas que objetivam avaliar populações em situações de exposição aos agrotóxicos.
- Ampliar a capacidade instalada de pesquisa nos estados e regiões onde há maior intensidade de atividades produtivas e atividades de trabalho com agrotóxicos para avaliar danos na saúde reprodutiva.
- É necessária infraestrutura e qualificação laboratorial para análise da exposição humana aos agrotóxicos:
 - . Ampliar a capacidade laboratorial para estudos de indicadores de efeitos ainda pouco analisados, como citogenéticos, endócrinos e de biotransformação.
 - . Ampliar a capacidade laboratorial de análise de resíduos de agrotóxicos em material biológico humano.
 - . Ampliar a capacidade laboratorial de análise de resíduos de agrotóxicos em material biológico animal e vegetal e no ambiente (água, solo, ar).
 - . Ampliar a capacidade laboratorial para estudos ecológicos de campo.



- Aprimorar a capacidade diagnóstica, as fontes de informação, os sistemas de registro, investigação e comunicação sobre danos à saúde reprodutiva em contextos de exposição aos agrotóxicos.
- Capacitar os serviços de saúde para detectar os danos à saúde reprodutiva associados à exposição aos agrotóxicos. Implantar nos serviços de saúde a exigência de anamnese para descrever melhor as condições e dos modos de exposição aos agrotóxicos em áreas vulneráveis.
- Planejar capacitações permanentes para os profissionais da Atenção Primária à Saúde e especialistas médicos para a identificação dos efeitos na saúde reprodutiva decorrentes da exposição aos agrotóxicos.
- Fortalecer a atenção integrada à saúde reprodutiva para as ocorrências clínicas em populações expostas aos agrotóxicos. Ampliar os cuidados e o amparo às famílias cujos filhos nasçam com problemas de saúde que afetem seu desenvolvimento psico-motor e sua sobrevivência.
- Ampliar a notificação, o registro e a investigação para efeitos na saúde reprodutiva em contextos de exposição aos agrotóxicos.



RECOMENDAÇÕES RELACIONADAS À VIGILÂNCIA DA SAÚDE DE POPULAÇÕES EXPOSTAS AOS AGROTÓXICOS NO TRABALHO, NO AMBIENTE (CONTAMINAÇÃO DO AR, DA ÁGUA E DOS SOLOS), PELO CONSUMO (ALIMENTO E ÁGUA CONTAMINADOS) E DECORRENTES DOS SERVIÇOS SANITÁRIOS (CONTROLE VETORIAL E CONTROLE DE ZOONOSES).



Parte II

Marco Legal e Processo
de Desregulação do
Agrotóxico no Brasil

A globalização impõe ao território suas demandas, que dependem de políticas em disputas e de correlação de forças entre as próprias frações do capital. No caso brasileiro, aponta para as práticas econômicas neoliberais, com consequente redução e/ou desmonte da capacidade de intervenção do Estado (Bresser-Pereira; Oreiro; Marconi, 2016).

São pressões intensas dirigidas contra as políticas públicas nacionais, especialmente nos temas ambientais, de saúde, de proteção ao trabalho e de segurança social. Alinhadas aos interesses internacionais, elas interferem nas decisões políticas e econômicas do Estado brasileiro de modo a comprometer a soberania nacional e a própria democracia.

A financeirização¹ das corporações envolvidas na exportação de commodities é um vetor que influencia a produção nacional e está presente nos espaços do comércio internacional, condicionando a inserção do Brasil, de forma dependente, a essa ordem mundial (Castro, 2024).

No Brasil, desde o final da década de 60, houve uma completa adesão à chamada modernização forçada da agricultura², em um contexto de profundas iniquidades sociais, de processos autoritários (Lignani; Brandão, 2022) e de estrutura rural não completamente superada, social e culturalmente, do seu período colonial e escravocrata³ (Gorender, 2016; Bombardí, 2023).

1. Financeirização do agronegócio é o aumento da atuação desse setor nos fundos especulativos de mercado financeiro que não é produtivo.

2. Modernização da agricultura no Brasil foi um processo iniciado em meados da década de 60, atendendo à receita da chamada Revolução Verde, no qual o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas foi um dos pilares para lhe dar sustentação, mediante crédito rural vinculado ao uso de agrotóxicos entre outras medidas protetoras e de subsídios.

3. Modelo agrário herdeiro do escravismo e colonialista: o modo de produção escravista entrou em decadência, mas deixou marcas nas relações de produção da sociedade brasileira. O capitalismo dependente, que substituiu o do período colonial, aproveitou-se dessa herança e fez daquele modelo uma parte dos seus mecanismos reguladores da economia subdesenvolvida e um novo tipo de "colonização" foi reeditado pela globalização.

As consequências desta profunda reestruturação produtiva são tratadas nas diversas partes deste dossier, expondo as situações de risco e os danos decorrentes da agricultura químico-dependente trazidas para a saúde e para o ambiente.

Especificamente nesta parte II será analisado como a legislação relacionada ao marco regulatório dos agrotóxicos evoluiu, segundo os períodos históricos relacionados à proteção ambiental e da saúde, com destaque à recente flexibilização da legislação dos agrotóxicos. Demonstrar-se-á que os problemas relativos aos agrotóxicos não se restringem ao campo, sendo um problema sanitário que atinge também as regiões urbanas.

Para melhor aproveitamento e compreensão, essa parte II do dossier se subdivide em cinco capítulos:

1. Breve contexto sobre as consequências da economia reprimarizada⁴ do Brasil, os fundamentos que antecederam a produção agrícola químico-dependente e como a economia brasileira tornou-se dependente dos agrotóxicos.
2. Agrotóxicos não só na produção agropecuária: a gravidade da exposição nas áreas urbanas.
3. Tendências gerais observadas no sistema regulador dos agrotóxicos no Brasil.
4. Implicações dos recentes retrocessos no sistema regulador dos agrotóxicos no Brasil.
5. Avaliação de risco: origens e limites.

4. Economia reprimarizada: representa a situação em que há maior exportação relativa de produtos básicos em relação aos manufaturados e semimanufaturados, após um país exportador ter alcançado anteriormente situação inversa (Lemos, 2018).



- Rever os conceitos, como da “avaliação de risco”, elaborados para os interesses das empresas, que continuam a sustentar a tomada de decisão dos órgãos reguladores para o registro (mesmo com o impedimento estabelecido na legislação) e o modelo e os instrumentos de monitoramento / vigilância da saúde de populações expostas aos agrotóxicos;
- Definir projetos pilotos preferencialmente em áreas reconhecidamente vulnerabilizadas pela exposição de grupos populacionais aos agrotóxicos, a exemplo das áreas produtoras de fumo, soja, cana-de-açúcar, milho, biocombustíveis, frutas para exportação entre outras de interesse local;
- Debater a perspectiva de aprimoramento da legislação infraconstitucional para a monitoramento / vigilância e os cuidados frente as nocividades dos agrotóxicos;
- Rever conceitos referenciais para monitoramento / vigilância em saúde das populações expostas aos agrotóxicos, pois se requer outras bases conceituais e outros modelos de operacionalização para alcançar efetividade nas ações de responsabilidade do Estado. Adotar, por exemplo, o conceito de “nexo epidemiológico” ajustado à presunção de dano quanto à exposição. Esta já é adotada no campo de proteção da saúde do trabalhador. Considerando-se que já existem conhecimentos suficientes sobre as nocividades do ponto de vista das toxicidades, fisiopatológico, da clínica e da epidemiologia, construir conceitos e métodos atualizados aos avanços da Saúde Coletiva, que devem ser integrados ao sistema de vigilância da saúde para as populações expostas aos agrotóxicos;
- Valorizar o **princípio da precaução** para a exposição e para efeitos precoces no processo de vigilância da saúde. Maior atenção àqueles relacionados aos danos à saúde reprodutiva, que continuam negligenciados;



- Superar a denominação “intoxicações exógenas”, como está definido no SINAN e utilizado pelo Programa de VSPEA do Ministério da Saúde-MS, para os danos agudos, sub crônicos e crônicos decorrentes de contextos que propiciam a exposição aos agrotóxicos. Ampliar a compreensão para “agravos” agudos, crônicos e para a saúde reprodutiva decorrentes das exposições químicas, entre elas os agrotóxicos. Esta mudança favorecerá a notificação, investigação e registro dos danos à saúde humana e à saúde reprodutiva, bem como ações de cuidado em todos os níveis da atenção do SUS;
- Capacitar as vigilâncias em saúde e em especial a VSPEA para atuar em situações onde não há organização social, ou as estruturas são deficientes ou refratárias à atuação dos órgãos públicos locais;
- Aprimorar o Programa de Avaliação de Resíduos de Agrotóxicos no Alimentos (PARA), adotando padrões de segurança mais restritos, garantir sua realização periódica, participação da sociedade quanto os processos produtivos mais perigosos e maior transparência em seu processo de realização e divulgação dos dados. Instituir o controle social no PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS-PARA, da ANVISA;
- Incentivar à pesquisa para produção agrícola com redução da dependência de agrotóxicos e fertilizantes, e para a ampliação da produção de base orgânica e agroecológica. Implantar o PRONARA já;
- Aprovar a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA) e implementar a agroecologia como política viável de produção de alimentos saudáveis. Proteger a merenda escolar e alimentos infantis da contaminação de agrotóxicos;
- Dar maior atenção aos temas de agrotóxicos relacionados com à água: rever o padrão de potabilidade, de agrotóxicos em sistemas hídricos, no tratamento de água, na eutrofização, na proteção das fontes destinadas ao consumo humano e dessedentação animal. Aprimorar o VIGIÁGUA/MS nas três esferas de governo de modo integrado com outros setores;

O B R I G A D O !

E-mail: forumcombateagrotoxicos@gmail.com



Fórum Nacional de Combate aos
Impactos dos Agrotóxicos

Fórum Nacional FNCIAT

@FORUMNACIONAL